



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122237 - PR (2019/0381423-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MARCIO PEREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : MICHAEL VINICIUS DE OLIVEIRA - PR057508
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MARCIO PEREIRA DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Paraná no julgamento do HC n. 0058440-07.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 15/5/2019 pela suposta prática do delito do art. 33 da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva e o pedido de revogação restou indeferido (fls. 53/56).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJPR, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE - TESES DE QUE NÃO ESTÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA E DE QUE O DECRETO DE PRISÃO NÃO CONTÉM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA - IMPROCEDÊNCIA - PROVA DE EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - DECISÃO QUE EXPÕS FATOS CONCRETOS A DEMONSTRAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EM RAZÃO DA REITERAÇÃO DELITUOSA (REINCIDÊNCIA DO PACIENTE). IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS NO CASO EM EXAME, EIS QUE INEFICAZES. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - POSSIBILIDADE DE DILAÇÃO DO PRAZO EM RAZÃO DAS PARTICULARIDADES DO PROCESSO - PRAZO DECORRIDO ATÉ O MOMENTO NÃO SUFICIENTE, NO CASO CONCRETO, PARA CONFIGURAR A ALEGADA ILEGALIDADE. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE QUE NÃO SÃO SUFICIENTES, POR SI SÓS, A GARANTIR A LIBERDADE PROVISÓRIA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA (fl. 97).

No presente recurso, sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP para o decreto da prisão preventiva, de modo que, nem a gravidade abstrata do delito e tampouco as meras suposições, podem servir como fundamento para a manutenção da medida constritiva do recorrente.

Assegura que é primário e portador de bons antecedentes, além de possuir residência fixa e ocupação lícita. Aduz que estava de posse de pequena quantidade de entorpecentes e que houve invasão de domicílio por parte dos policiais, que adentraram na residência sem mandado judicial.

Pondera que as condenações criminais anteriores com mais de cinco anos de extinção da pena não podem ser consideradas como reincidência. Alega excesso de prazo na formação de culpa. Aponta a suficiência das medidas cautelares.

Pleiteia, em liminar e no mérito, seja concedida liberdade provisória a seu favor, mediante a aplicação das medidas cautelares mais brandas, expedindo-se alvará de soltura.

A liminar foi indeferida (fls. 148/149), as informações foram prestadas (fls. 151/152 e 153/154) e o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 174/177).

É o relatório.

Decido.

A presente irresignação traz pedido idêntico ao formulado no HC 549.929/PR, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no *Habeas Corpus* n. 0058440-07.2019.8.16.0000).

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste recurso e reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ. MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.
Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator